

SISTEMA FAEP



Mala Direta
Postal

1000015118-8/2006-DR/PR

FAEP

CORREIOS

impresso

BOLETIM informativo

www.faep.com.br | www.twitter.com/SistemaFAEP

Ano
XXV

nº
1108

9 a 15 de
agosto de 2010

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

ICARAÍMA

O empreendedorismo rural



pág

12



POLÍTICA | PÁG 02

Foto-montagem por Simon Taylor

O segredo das ONGs



» Fazendas lá, Florestas aqui. Documento revela os verdadeiros interesses dos americanos através das organizações não governamentais

2

Capa

O segredo das ONGs

8

OpiniãoO Código Florestal,
segundo Ágide Meneguette

Lineu Filho

10

Turismo

Salto São Francisco



12

Icaraíma

O modelo de empreendedorismo

14

Crédito Rural

A análise do economista Pedro Loyola

16

Via RápidaA imprensa, Borrachos, o Iambari,
Beetholven e o Chimpanzé

Divulgação

18

Cursos SENAR-PRMulher Atual, Doma Racional,
apicultura, JAA e panificação

21

SENAR-PR

A experiência em Pinhão

23

Dia do Agricultor

O evento em fotos

“A água era uma

As ONGs
se armam
para
combater
o novo
Código
Florestal



Logo após as eleições voltarão a ecoar pelo País os tambores dos ambientalistas, liderado por ONGs com o carimbo de estrangeiras e parlamentares a elas vinculados, combatendo o Código Florestal que será votado no Plenário da Câmara Federal. Na semana passada, o relator do Código, deputado Aldo Rebelo disse à revista Veja que a “área ambiental” do governo federal é contrária ao seu parecer, esclarecendo:

- De modo geral, seus integrantes são contrários. Porque foram eles que criaram essa bagunça jurídica que ameaça a produção no campo. O problema, sejamos francos, é que o Ministério do Meio Ambiente foi completamente dominado nos últimos anos pelas ONGs ambientais, especialmente pelo Greenpeace, WWF, ISA e SOS Mata Atlântica. Isso começou antes deste governo. Os funcionários das ONGs saem delas para trabalhar no ministério, depois voltam para as ONGs, depois retomam para o ministério. É como se fosse uma só organização. É uma distorção, porque o ministério deveria representar o estado brasileiro, e não as ONGs. E essa não é a única distorção na estrutura ambiental.

Ele lembrou que orçamento do Ibama e do próprio ministério é alimentado pelas multas ambientais. “Ou seja: quanto mais multas se aplicam, mais dinheiro eles têm para gastar. É um sistema que estimula a multar sem parar”.

Depois de percorrer 18 Estados em 64 audiências públicas, a Comissão que formulou o projeto do Código Florestal conheceu de per-

a benção. Hoje, maldição!”



Aqui, proteção total.
Lá, liberdade total!



LEGISLAÇÃO

Barafunda de leis, decretos...

O primeiro Código Florestal surgiu em 1934, quando a preocupação era a de se manter uma reserva de madeira para uso próprio na fazenda. Essa área era denominada como reserva florestal que poderia ser transformada em floresta plantada homogênea ou heterogênea e não necessitava ser mantida na propriedade.

Esse Código deu lugar, em 1965, ao Novo Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº 4.771/65) visando à regulamentação do uso e proteção dos recursos naturais. Nesta lei foi definida a Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) e sua respectiva conservação (BRASIL, 1965).

O Novo Código Florestal manteve o conceito de reserva florestal da lei anterior, e estabeleceu limites de preservação de áreas nativas para 20% dos imóveis das regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste e de 50% nas áreas ainda não utilizadas como a região Norte e o norte da região Centro-Oeste.

De lá para cá criou-se uma barafunda de leis, decretos, portarias, decisões do CONAMA, IAP, etc e etc voltadas ao Meio Ambiente. As penúltimas ocorreram em novembro de 2008, quando foi publicado o Decreto 6.686/08 estendendo até 11 dezembro de 2009 o prazo para produtores averbarem as áreas de Reserva Legal de suas propriedades. O prazo não foi suficiente e foi editado o decreto 7029/99 que prorrogou para junho de 2011 a averbação. Depois das eleições, o Código Florestal discutido este ano e relatado pelo deputado Aldo Rebelo irá ao plenário da Câmara Federal para ser votado.

to a situação no campo nas diferentes regiões brasileiras. Detectaram que uma resolução de 2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) estabeleceu que em cada margem de rio, riacho ou córrego deve haver uma faixa de 30 metros de terra sem nenhuma atividade agrícola. “É uma loucura. Proibir a plantação em várzeas e perto de rios é uma ideia que só pode ter saído da cabeça de quem não conhece o campo”, afirmou Rebelo.

Além disso, 75% da produção brasileira de arroz foi colocada na ilegalidade porque as plantações são feitas em áreas de várzea, hoje transformadas em áreas de proteção ambiental - ou seja, lugares onde não se pode plantar nada. “Se formos cumprir a lei atual, teremos de destruir essas plantações, o que é impensável. Os ambientalistas radicais alegam que a cultura de arroz prejudica a biodiversidade da várzea. Na China, na Índia, no Vietnã há milênios se planta arroz da mesma forma: na várzea. Esse método nunca provocou desequilíbrio”, lembrou Rebelo.

Para o relator, a atual legislação é ainda pior para os pequenos produtores. “Antigamente, ter água na propriedade era uma bênção. Hoje, virou uma maldição”, disse. Ele revelou ter conhecido um senhor no interior de São Paulo, no município de Álvares Machado, que tem uma área de 108 hectares, cortada por seis córregos. “Se ele tiver de preservar 30 metros em cada margem de cada um dos seis córregos, ficará sem nada. Não sobra espaço nem para ele abrir uma picada no terreno. Isso inviabiliza qualquer atividade agrícola”.



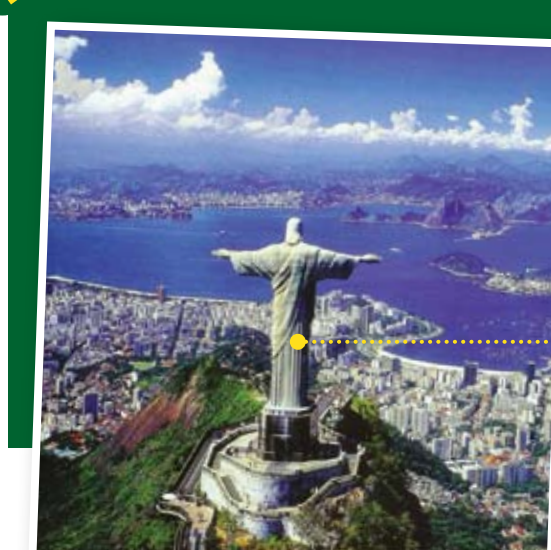
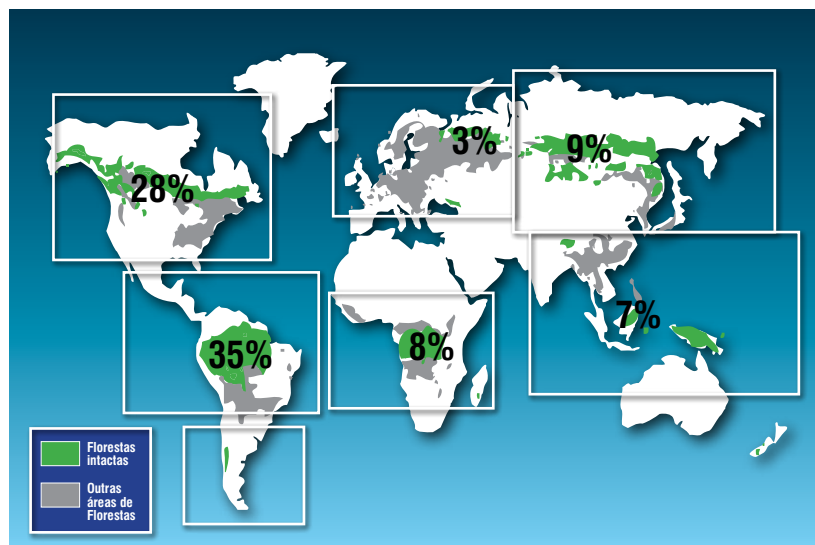
Aqui, boca no trombone. Do outro lado do Atlântico: silêncio absoluto!

Ambientalistas não querem plantio em várzeas e encostas. Por que não dizem o mesmo sobre os EUA e a Europa?

Em nenhum país do mundo existem as figuras da Reserva Legal (RP) e das Áreas de Preservação Permanente (APPs). Nenhuma ONG norte-americana ou europeia que colocam a boca no trombone em território brasileiro tem qualquer preocupação com os países de suas origens.

Ao observar a cobertura florestal remanescente no mundo, conclui-se que o Brasil é o país que mais preservou. Atualmente apenas 8% do mundo tem florestas intactas, ou seja, com a cobertura florestal original.

As florestas intactas do mundo estão localizadas nas seguintes áreas: 35% na América Latina. Principalmente no Brasil na Floresta Amazônica; 28% na América do Norte; 9% no Norte da Ásia e Norte da Ásia; 7% no Sul da Ásia Pacífico; 8% na África e menos de 3% na Europa.





O Vale do vinho

No sudoeste alemão e na **ALSÁCIA** - fronteira da França com a Suíça, concentram-se nos vales dos rios Reno e Mosel as principais vinícolas franco-germânicas. São vinhos de alta qualidade e que enchem de água na boca os bons apreciadores. O curioso é que não causa espanto a nenhum ambientalista a ocupação pelos vinhedos de encostas de morro em ângulos de quase 90°. Lá pode, no Rio Grande (uva), Santa Catarina (maçãs) e Espírito Santo e Minas Gerais (café) não pode. Como se pode notar nessas fotos.



Na Ásia, o Arroz

Grças a seus arrozais, o **VIETNÃ** é o segundo exportador de arroz no mundo, com mais de 4,5 milhões de toneladas. O Vale do rio Mekong, famoso na guerra por ter levado toneladas do agente laranja (napalm) dos americanos, é a principal região produtora. Os ambientalistas cismam que em várzeas não se pode produzir, embora milenarmente os países asiáticos (além do Vietnã, Tailândia, Laos e Japão) cultivem arroz nessas regiões. O mesmo ocorre no Rio Grande do Sul, maior produtor brasileiro de arroz.



No Japão o plantio de arroz se transforma, inclusive, em obras de arte

A casa do presidente e o Cristo

Se as ONGs estão preocupadas em proteger rios e lagos com matas ciliares (as APPs) e Reservas Legais, seria conveniente acionar a presidência da República e a Prefeitura do Rio de Janeiro. O **PALÁCIO ALVORADA** deveria ter 100m de matas ciliares como proteção do seu entorno, enquanto o **CRISTO REDENTOR**, no Rio, está num topo de morro. Não poderia estar, segundo a versão desejada pelas ONGs para a legislação ambiental brasileira.



A estratégia d

Durante as discussões (acirradas) na Comissão Especial do Código Florestal, surgiu um documento entre os parlamentares que colocou as ONGs em pé de guerra (*) É um estudo patrocinado pela Associação Nacional e Fazendeiros e pela ONG Parceiros contra o Desmatamento que leva o título: "Fazendas aqui, Florestas lá". Sua autora principal é Shari Friedman, ex-funcionária do governo Bill Clinton, quando trabalhou na Agência de Proteção Ambiental norte-americana.

» O tema do relatório é a perda de competitividade da agroindústria norte-americana diante dos países tropicais, principalmente o Brasil. A tese principal do estudo é que a única forma de conter essa perda de competitividade é reduzir o aumento da oferta mundial de produtos agropecuários, restringindo a expansão da área agrícola nos países tropicais pela promoção de políticas ambientais internacionais mais duras.

» Segundo o relatório, "a destruição das florestas tropicais pela produção de madeira, produtos agrícolas e gado tem levado a uma dramática expansão da produção de commodities que competem diretamente com a produção americana". Desse modo, "a agricultura e as indústrias de produtos florestais dos Estados Unidos podem beneficiar-se financeiramente da conservação das florestas tropicais por meio de políticas climáticas".

Na avaliação de Shari, acabar com o desmatamento em países como Brasil, por meio de incentivos dos Estados Unidos e "da ação internacional" pode aumentar a renda agrícola americana US\$ 190 bilhões para US\$ 270 bilhões entre 2012 e 2030". Em português claro, os países tropicais - leia-se o principal, Brasil - preserva, eles põem e enchem os bolsos.

Os mais de 5 milhões de brasileiros que atuam no campo, pequenos, médios e grandes proprietários (estes 33 mil nesse universo) colocam alimento barato em nossa mesa e na de dezenas de países, e garante ainda, de quebra, nossa balança comercial e seguram a inflação.

Na opinião do deputado Aldo Rebelo, a divisão imposta pelos países ricos reservava a eles a produção de bens manufaturados e aos pobres produzir bens agrícolas e matérias-primas. "Hoje", diz ele, vai se estabelecendo uma nova divisão: os Estados Unidos e a Europa transformaram-se em economias de serviço e grandes produtores e exportadores agrícolas, enquanto a produção industrial se deslocou para a Ásia".

Assim, para eles, o Brasil deve tornar-se uma espécie de "área de preservação permanente global". Com isso se resolveriam dois problemas: o comercial, pois sua produção agrícola ineficiente se viabilizaria pela redução da oferta e pelo aumento dos preços internacionais; e o ambiental, porque garantiríamos a compensação necessária para que eles continuem a manter seu atual padrão de consumo, que exige a exploração dos recursos naturais globais acima da capacidade que a natureza tem de repô-los.

Esquecem, porém, que somos 190 milhões de habitantes, com as mesmas necessidades básicas e o direito à felicidade que os americanos e europeus e as mesmas aspirações de progresso material e espiritual.

Nesse cenário é explicável a atuação das ONGs, parlamentares, jor-

Para nós:
restrições da
expansão agrícola.

Para eles:
dinheiro no
bolso

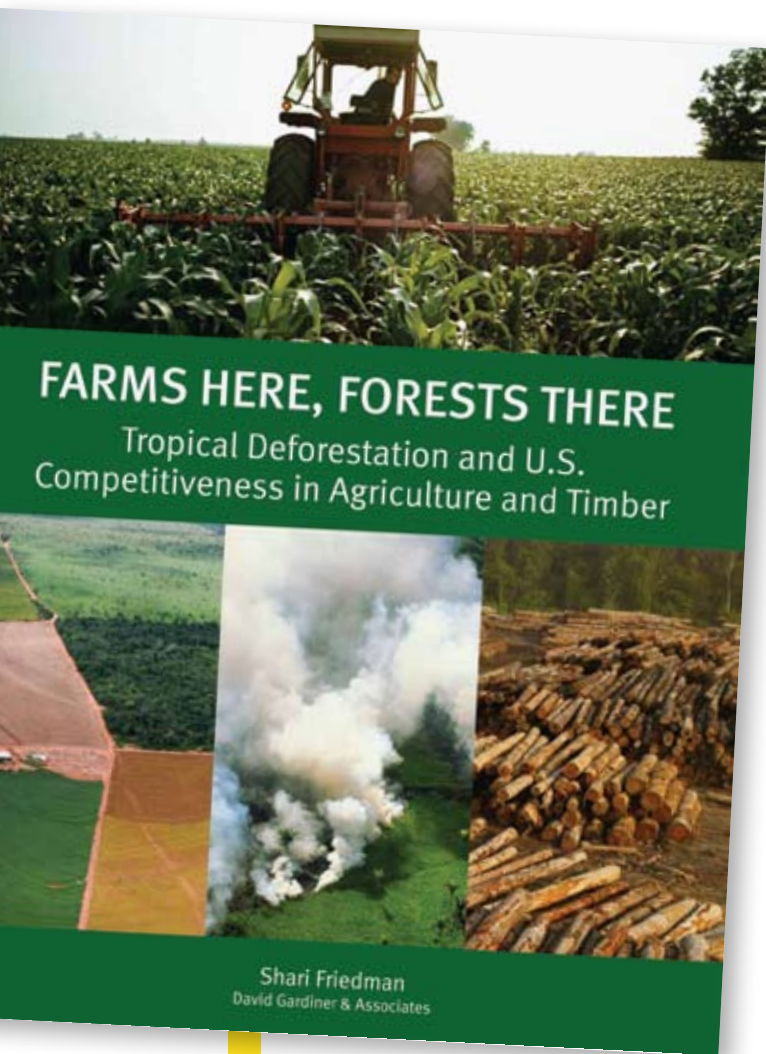
nalistas, militantes "verdes" e outros inocentes úteis que desconhecem as verdadeiras intenções da política agrícola norte-americana e europeia. Explica também a defesa "desinteressada" que eles fazem dos chamados "povos da floresta". Em sua análise do trabalhista americana Shari, o deputado Rebelo é radical:

- A continuar nesse ritmo, em vez de comprar comida nos supermercados, vamos acabar tendo de esperá-la cair do céu em fardos atirados pela Força Aérea Americana ou distribuídos pela Cruz Vermelha e pelo Greenpeace.

Essas foram as ONGs que se apressaram em tentar desmentir o teor do documento "Fazendas aqui, Florestas lá" produzido e retratando os interesses norte-americanos:

- » WWF Brasil
- » Amigos da Terra - Amazônia brasileira
- » Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi)
- » Conservação Internacional (CI-Brasil)
- » Fundação SOS Mata Atlântica
- » Fórum Carajás
- » Greenpeace
- » Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)
- » Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)
- » Instituto Centro de Vida (ICV)
- » Instituto Socioambiental (ISA)

os americanos



Capa do trabalho patrocinado pela Associação Nacional de Fazendeiros (EUA)

“A agricultura e as indústrias de produtos florestais dos Estados Unidos podem beneficiar-se financeiramente da conservação das florestas tropicais por meio de políticas climáticas”



Lição

“**N**ão se conhece outro país do mundo em que a agricultura seja tão atacada quanto no Brasil. Por enquanto, a agricultura segue crescendo, competindo, e gerando empregos e renda para a população brasileira. Apesar de seus detratores, o agronegócio continua aumentando sua produtividade e expandindo seus negócios. Os que pretendem que o agronegócio brasileiro deixe de exportar deveriam pensar no grande número de famílias brasileiras que dependem dessa exportação para obter seu sustento”.

HELIO TOLLINI, mestre em economia rural pela Universidade Federal de Viçosa (MG). Ph.D em economia pela Universidade do Estado da Carolina do Norte (EUA)



Áreas consolidadas

O Brasil é hoje o segundo maior exportador de alimentos. Nossa produção garante alimentos, fibras e energia para 190 milhões de Brasileiros e ainda vende 70 bilhões de dólares dos excedentes para quase 180 países do mundo. As áreas consolidadas são fundamentais para que o país consiga suprir toda produção de que necessitam os brasileiros (feijão, café, leite, hortigranjeiros, frutas, batata, mandioca, etc.) e garantir a renda de milhões de estabelecimentos por todo o território nacional. Retirar áreas consolidadas há dezenas de anos com produção significa eliminar milhões de pessoas do processo produtivo em todas as cadeias produtivas de alimentos, além de reduzir a arrecadação de impostos em milhares de cidades brasileiras.

DERLI DOSSA é agrônomo, doutor em Ciências Econômicas e ex-pesquisador da Embrapa.



Um novo Código Florestal



* ÁGIDE MENEQUETTE é presidente do Sistema FAEP

A Comissão Especial da Câmara Federal aprovou o substitutivo do deputado Aldo Rebelo ao projeto que modifica o Código Florestal. Embora não seja a mudança ideal, porque persistem algumas exigências exageradas - resultado das negociações entre as partes conflitantes durante a votação - ainda assim foi um grande avanço em relação ao absurdo que é a atual legislação ambiental.

Destaco como importante ponto a isenção da obrigação de Reserva Legal nas propriedades até 4 módulos fiscais (cerca de 70 hectares no Paraná), evitando que a grande maioria de nossos produtores rurais - mais de 90% deles - deixem de utilizar 20% de suas terras. Isso significaria reduzir no mesmo percentual a sua já pequena renda. Também a incorporação das Áreas de Preservação Permanente nos 20% de Reserva Legal nas propriedades acima de 4 módulos fiscais, bem como a permissão de uso das Áreas de Preservação Permanente já consolidadas, em várzeas onde se cultiva arroz ou morros com plantações de café, maçã, videiras e outros produtos, desde que não comprometam o meio ambiente.

Pretendíamos que as dimensões de proteção de cursos d'água retornassem ao originalmente estabelecido no Código Florestal de 1965, de 5 metros para rios até 10 metros e, acima desta medida, a regra da mata ciliar em cada margem igual a metade da dimensão do rio. Não foi possível, mas no substitutivo Aldo Rebelo conseguiu reduzir os 30 metros em cada margem para 15 metros. Menos mal.

É bom lembrar que o Código quando aprova-

do em 1965, embora com seus vários defeitos, não era tão drástico. Sucessivas legislações, incluindo uma Medida Provisória de 2001 que por sinal ainda não foi votada, o deixaram descaracterizado e impraticável.

Com o novo código, produtores rurais deixarão de ser infratores, como injustamente são tratados hoje, porque desmataram para plantar numa época em que isso era absolutamente legal. Quando roçaram até as margens dos rios para combater a malária por recomendação do próprio Governo, ou utilizaram as várzeas de acordo com programas oficiais.

É claro que há inconformismo por parte das ONGs que pretendem restabelecer a floresta original em nosso país, como se isso fosse possível com os 190 milhões de habitantes e a necessidade de alimentá-los e ainda gerar divisas para nossa economia. Os ambientalistas radicais não têm jeito.

Mas os que aceitam uma boa e justa discussão, bem que poderiam analisar racionalmente o problema e verificar que o Brasil é praticamente o único a ter uma legislação ambiental excessivamente draconiana, embora preserve a floresta em mais da metade do seu território. Mais do que o Brasil só o Canadá e a Rússia, mas preservam em suas regiões geladas e totalmente impróprias para agropecuária.

Esse inconformismo ainda vai dar muito trabalho quando o projeto for votado pelo plenário da Câmara Federal, razão pela qual é preciso desde já conscientizar nossos parlamentares para que votem a favor das mudanças, que não significam, como difundem os detratores mal intencionados, mais desmatamento.

Estamos numa época oportuna para abordar o assunto com os parlamentares e com os candidatos ao Congresso Nacional, mostrando a eles o quanto o atual Código é nefasto para a produção agropecuária e para o país por ser delirante no seu conservacionismo obtuso. A nossa mobilização é imprescindível para fazer frente ao radicalismo que em nada contribuiu para o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

“O Brasil é praticamente o único país a ter uma legislação ambiental excessivamente draconiana”

Receita federal reduz prazo de entrega da declaração do ITR 2010

O leão encurta para apenas 21 dias a declaração

A Receita Federal fixou através de Instrução Normativa, o período de 1º de setembro a 30 de setembro de 2010, a apresentação pela Internet da Declaração do Imposto Territorial Rural - ITR 2010. Serão apenas 21 dias úteis para declarar e quem não o fizer estará impedido de obter a Certidão Negativa de Débitos, documento indispensável para registro de uma compra ou venda de propriedade rural e na obtenção de financiamento agrícola. É um prazo muito curto, se comparado aos últimos 8 (oito) anos, quando o produtor rural dispunha dos meses de agosto e setembro, para preencher com atenção e transmitir com segurança a Declaração do ITR.

Outro fato preocupante é que em setembro, o produtor rural deverá declarar ao IBAMA, o ADA - Ato Declaratório Ambiental, para fins de isenção do ITR. O ADA é obrigatório quando for lançada na declaração do ITR 2010, áreas de preservação permanente (mata ciliar), reserva legal averbada ou outras áreas de preservação ambiental. Aquele que não declarar estará sujeito a perder a isenção do ITR sobre essas áreas, que serão enquadradas como aproveitáveis mas não utilizadas e que provocará um aumento do imposto.

Arquivo



FAEP ORIENTA

A FAEP, através de seu Departamento Sindical, treinou no mês de julho funcionários de 100 (cem) Sindicatos Rurais sobre o correto preenchimento da declaração do ITR e do ADA. Os treinamentos ocorreram em Curitiba, Pato Branco e nos Centros de Treinamento do SENAR de Assis Chateaubriand e Ibiporã. O objetivo é prestar ao produtor rural, quando se dirigir ao Sindicato, o melhor atendimento possível para esclarecer possíveis dúvidas sobre as atividades agrícolas e pecuárias ocorridas em 2009 na propriedade. No ano passado, os Sindicatos Rurais do Paraná preencheram 60.000 (sessenta mil) declarações do ITR.

Por Luiz Antônio Finco/DS/FAEP

Fundo de Catástrofe só depende de Lula

União poderá integralizar até R\$ 4 bilhões em títulos públicos

Foi encaminhado para sanção presidencial o projeto que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural relativos à produção agrícola, pecuária, aquícola e florestal. As cotas que poderão ser integralizadas pela União em títulos públicos terá o limite de R\$ 4 bilhões, sendo metade por ocasião da constituição do fundo e o restante nos três anos subsequentes. O fundo proposto em projeto de lei do poder executivo vai substituir o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) e foi aprovado dia 3 de agosto pelo Senado Federal.

O Fundo de Catástrofe vai proporcionar o desenvolvimento do seguro rural no Brasil, afirma o diretor de Gestão de Risco Rural do Ministério da Agricultura, Wellington Soares Almeida. Ele acrescenta que as seguradoras e resseguradoras deverão aumentar a oferta de produtos de seguro rural para as regiões sujeitas a instabilidades climáticas, como a região Sul, ou para produtos mais sensíveis, como o milho safrinha, trigo e frutas de clima temperado, uma vez que parte dos recursos será utilizada no pagamento de indenizações decorrentes de catástrofe bancadas pelo fundo.

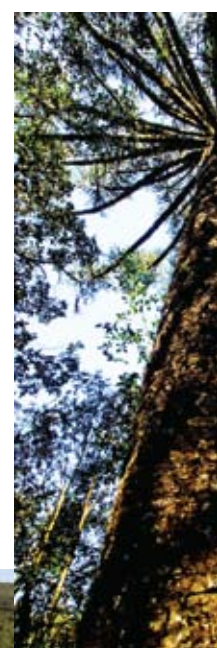
O Fundo vai equilibrar as carteiras das seguradoras e resseguradoras. "As empresas securitárias vão contratar as operações cientes de que suas responsabilidades terão limite determinado a partir do qual o fundo oferece cobertura complementar", disse Almeida. Esse limite será regulamentado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A lei também fixará a participação dos recursos do setor privado com a integralização de cotas pelas seguradoras, resseguradoras, agroindústrias e cooperativas. O projeto prevê também que as despesas com a subvenção econômica ao prêmio rural serão da conta das Operações Oficiais de Crédito (OCC) do Tesouro Nacional, alterando desta forma o artigo 1º da Lei da Subvenção (nº 10.823/2003). Por essa lei os recursos eram consignados no orçamento do Ministério da Agricultura e estavam sujeitos aos contingenciamentos impostos. O presidente tem 15 dias úteis para sancionar a lei.

Com informações do MAPA

Um espetáculo 1

(e não são as

Na divisa entre Gurarapuava, Prudentópolis e Turvo, Salto São Fra



por **Leonardo Fagundes** (texto) e **Lineu Filho** (fotos)

Que tal um final de semana curtindo um cenário com uma queda d'água de 196 metros de altura, considerada a maior do sul do país? Difícil imaginar tamanha beleza, mas ela está mais próxima do que se possa pensar. O Salto do São Francisco está localizado na "tríplice fronteira" entre os municípios de Guarapuava, Prudentópolis e Turvo, bem na região central do Estado.

Para chegar até lá e conhecer a natureza da Serra da Esperança há

dois caminhos. Um, rodando 46 quilômetros desde Guarapuava em uma estrada repleta de curvas, mas asfaltada e bem sinalizada.

A outra opção é para os mais aventureiros. Ainda que a distância seja praticamente a mesma, chegar ao Parque São Francisco da Esperança por Prudentópolis exige muito mais paciência e uma certa habilidade ao volante. Isso porque a estrada é de chão, estreita, com muitas curvas

nas 3 fronteiras

Cataratas...)

ncisco encanta com sua queda d'água com 196 metros de altura



e em alguns momentos pedras e poças podem complicar o trajeto.

Os dois caminhos são belos, repletos de paisagens e vistas deslumbrantes da floresta local. Além disso, compensa dirigir até o Parque. Chegando lá, há uma boa infraestrutura, com estacionamento e posto de informações. Trilhas educativas, cachoeiras menores e mata com araucárias compõem o cenário.

Há ainda outras atrações como pássaros, capivaras e até mesmo jaguatiricas já foram avistadas por ali. No bosque até o Salto São Francisco há boa estrutura, com placas informativas. Chegando ao local, é possível avistar a queda praticamente de frente, além de um extenso cânion. Para se ter uma ideia, a queda da cachoeira equivale a um prédio de 60 andares.

Os visitantes também podem, pela trilha, conferir a queda d'água de pertinho e admirar todo o cânion e as rochas que compõem o paredão. Uma cerca protetora dá mais segurança aos turistas.

por Micheli Ribas (texto e fotos)

O casal Junior Wilson e Revele Vedevo tem um justo orgulho em mostrar o livro de assinaturas da chácara Serra da Lua, em Icaraíma, no noroeste do Estado. Quase mil visitas já ocorreram à propriedade que volta e meia se torna sala de aula a alunos da Universidade Estadual de Maringá, além da experiência do casal ter sido tese de doutorado.

A trajetória no campo do casal Vedevo foi iniciado em 2003 ao conhecerem o projeto Balde Cheio da Embrapa e em seguida participar do Programa Empreendedor Rural (PER), do SENAR-PR, no ano seguinte. Com esse lastro, implantaram o manejo do pasto e irrigação em um hectare da chácara. Foram os pioneiros nesse sistema no município, que serviu de exemplo a outros pequenos produtores.

Hoje, o manejo e a irrigação se estendem por 2,7 hectares e dos 130 litros de leite/dia de outra, as 33 vacas atuais rendem quase quatro vezes mais - 500 litros/dia.

“Se a gente não tivesse feito o Empreendedor Rural não estaríamos aqui”, diz Junior, “para nós foi como uma Faculdade”. No curso, aprenderam a lidar com as despesas da propriedade, “antes não sabíamos onde estava o buraco nas contas, hoje com o livro-caixa a gente sabe onde vai cada real”, diz ele.

O avanço

O modelo dos Vedevo acabou se transformando no Projeto Piloto do Processo de Desenvolvimento Sustentável da pequena Icaraíma. Houve a reativação da Associação dos Produtores de leite da cidade e região a partir de 2005. O objetivo foi aumentar a produtividade e a qualidade do leite, gerar empregos e renda e consequentemente a qualidade de vida dos produtores. E a produção de leite foi a escolhida pelo seu rápido retorno econômico. Em 18 de junho de 2005, foi firmado um compromisso com o projeto entre Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Banco do Brasil, Associação dos Produtores de Leite da cidade de Icaraíma e Região (ASPLEIR), EMATER, Sindicato Rural de Icaraíma (SIRI), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, SEAB e Laticínios Modelo de Icaraíma. Projeto assemelhado já existia em Dracena (SP) envolvendo 140 famílias e os produtores de Icaraíma foram visitá-lo para se convencer de que era uma boa aposta. O embalo aconteceu após uma palestra de Arthur Chinelato, autor do Programa Balde Cheio, da Embrapa, quando o atual prefeito Paulo Queiroz de Souza chamou ao seu gabinete o casal Vedevo. Estimulado pelo in-

O exemplo de Icaraíma

Um modelo para melhorar a vida dos pequenos produtores



SILVIO YNAMURA, presidente da associação de produtores de leite

teresse dos produtores, Souza revelou que havia a possibilidade da cessão de um técnico da prefeitura para auxiliar os envolvidos no programa, além de fornecer subsídios e viabilizar maquinários. Hoje as famílias participantes do programa, além de financiamento do banco para a implantação do modelo na bovinocultura de leite, contam com as parcerias entre a prefeitura e o laticínio da região, que dividem com os produtores o custo da assistência técnica, proveniente da Cooper Ideal (Cooperativa para a Inovação e Desenvolvimento da Atividade Leiteira).

“O produtor tem quatro obrigações: abrir a propriedade para visitas; mostrar as planilhas e o controle dos custos; vacinar o gado e fazer o que foi combinado com o técnico”, explica o engenheiro agrônomo Eduardo Hirata.



JUNIOR e REVELE, donos da Chacara Serra da Lua: livro de visitas com quase mil assinaturas



JURACI DE SOUZA FERREIRA, presidente do SIRI (Sindicato Rural de Icaraíma)

“O produtor pode sair do programa a hora que quiser, assim como o técnico pode cortá-lo se não cumprir o compromisso assumido”, completa ele. “Atualmente, dos 28 produtores de leite com pasto irrigado, vinte estão no projeto. Vimos pequenos proprietários com menos recurso que acreditaram na idéia e deram certo”, diz Vedevo. “Estamos em uma região bastante carente. Falta referência. Quando surge uma iniciativa assim outros vão se espelhando”, observa Juraci de Souza Ferreira, presidente do Sindicato Rural de Icaraíma. Silvio Ynamura, atual presidente da Associação dos Produtores de Leite de Icaraíma, conta que aderiu ao Projeto de Bovinocultura de Leite de Icaraíma em 2005, depois de ter sido produtor de café e ter trabalhado por doze anos no Japão. Com a decadência do café na região e as economias

guardadas do exterior Ynamura foi conhecer o projeto e se animou com a possibilidade de financiamento oferecido pelo banco. Hoje possui um hectare de pasto irrigado, vinte cabeças de gado, treze em lactação e algumas novilhas. Ele fez outros cursos do SENAR-PR, como o de manejo de gado, e sua esposa o curso de transformação de alimentos. Foi um dos idealizadores da Feira do Produtor Rural, organizada pela prefeitura semanalmente na cidade.



GESTÃO

O prefeito empreendedor

Icaraíma, 11 mil habitantes, atingiu seu cinquentenário de emancipação política em 25 de julho último e as festas foram comandadas pelo prefeito **PAULO QUEIROZ DE SOUZA**, 48 anos, pé vermelho de sua cidade e fervoroso torcedor do Palmeiras. Tanto que a sede da Prefeitura foi pintada de verde. A trajetória de Queiroz tem a participação de dois programas importantes do Sistema FAEP: Desenvolvimento Sindical e Empreendedor Rural. Ele lembra com orgulho ter participado do primeiro curso de ambos os programas, o primeiro em Curitiba, quando era secretário do Sindicato Rural de Icaraíma. “Eu guardei muito bem o conteúdo desses dois programas da FAEP, principalmente a necessidade de correção na gestão e muita transparência, o que procuro fazer aqui em nossa cidade”, diz ele. Confessa que ainda está “se adequando” à administração pública, “porque não é fácil” e administra um orçamento de cerca de R\$ 11 milhões no município dominado por pequenas propriedades. O sucesso alcançado com o pasto irrigado e o gradativo aumento da produção de leite de Icaraíma também é motivado pelo seu conhecimento quando foi líder sindical e pelo fato de, a exemplo de Júnior Vedevo, ter participado do primeiro curso do Programa Empreendedor Rural.



Governo federal não atirou

Pronaf utilizou menos de 75% do programado



* PEDRO LOYOLA é coordenador do Departamento Técnico e Econômico da FAEP

O governo federal não atingiu a meta programada no crédito rural na safra 2009/10, encerrada em junho. Na agricultura familiar o resultado foi pior. Dos R\$ 15 bilhões disponíveis para aplicação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 11,2 bilhões foram utilizados, ou seja, menos de 75% do total.

Na agricultura empresarial estavam programados R\$ 93 bilhões em financiamentos para produtores e cooperativas, mas 90,8%, ou seja, R\$ 84,4 bilhões foram realmente aplicados (veja tabela).

Os principais entraves que explicam esse fenômeno são o endividamento do setor agropecuário aliado a um cenário de preços ruins recebidos pelos produtores, linhas de financiamento incompatíveis com a realidade de algumas atividades, estagnação do modelo de crédito rural, limites de crédito dos produtores tomados pelo endividamento, falta de recursos nos programas de política agrícola para o seguro rural e o apoio à comercialização.

Bolha de endividamento

A dívida acumulada dos produtores nos últimos seis anos, por conta da política cambial e dos problemas climáticos, não foi resolvida. O governo federal preferiu autorizar os bancos a diluir o passivo nas parcelas dos anos seguintes sem levar em conta a capacidade de pagamento dos produtores. A cada safra problemática, o governo empurrou a questão para o ano seguinte, criando uma bolha de endividamento.

Em 2010, os produtores têm compromissos de custeios e investimentos do ano, mas também têm que pagar as parcelas de safras anteriores dessas linhas de financiamento. Essa conta não fecha.

Os produtores que utilizam o Pronaf estão igualmente em dificuldades. Dos 399 municípios do Paraná, 201 estão com inadimplência acima de 2% no Pronaf. Nesses municípios, conforme regras es-

tabelecidas pelos agentes financeiros, o produtor só poderá renovar o crédito, sem acesso a aumento de limite de valores. Também está bloqueado o acesso ao financiamento do Pronaf para novos clientes.

O pequeno produtor que financiou, por exemplo, R\$ 30 mil em 2009, acessa apenas esse valor em 2010 e caso queira fazer um aumento de área ou novo investimento via Pronaf, está impedido. Caso um filho de agricultor queira começar na atividade num desses 201 municípios do Paraná, está impedido de acessar o crédito do Pronaf. Isso explica, em partes, o insucesso no Pronaf.

O "código" bancário

Em condições de normalidade, as operações de financiamento rural são classificadas com risco favorável e liberadas rapidamente na própria agência bancária. Porém, muitos produtores não acessam mais o crédito rural por conta do risco-cliente ou reduziram os volumes de financiamento devido aos limites de crédito tomados ou porque as garantias que possuem já estão atreladas às dívidas de safras anteriores e não têm novas garantias adicionais para apresentar aos bancos.

Com as recorrentes renegociações, os agentes financeiros ficaram muito mais rigorosos e passaram a classificar os financiamentos agrícolas como "operações com risco agravado", o que gera exigência de novas garantias com análise e liberação mais lenta, realizada pela diretoria do banco, o que muitas vezes trava o acesso ao crédito para o cliente que fez diversas prorrogações e é classificado no risco "D" ou "E".

Pelas normas do Banco Central, o risco do cliente bancário é classificado com códigos que variavam de AA a H. Para cada nível, os bancos precisavam fazer um provisionamento correspondente a um percentual do valor do empréstimo, que varia de 1%, para o AA, a 100% para o H. A partir do código D, para o qual é necessária uma reserva do banco de 10% para garantir o risco de o cliente não pagar o empréstimo, os bancos geralmente não fazem mais novas operações e isso explica, em partes, a sobra de recursos no crédito rural.

Para agravar a situação, a política agrícola no Brasil não é aplicada oportunamente e na medida certa. Quando os produtores tiveram problemas climáticos a partir de 2004/05, o atual Programa de Subvenção Federal ao Prêmio do Seguro Rural estava engatinhando e em 2009

“O governo tem ficado com os louros de safras recordes, a sociedade com comida barata na mesa e sobra para os produtores as dívidas, também recordes, nos bancos”

Alcança meta no crédito rural

não cobriu nem 10% da área da agricultura. O principal gargalo tem sido a falta de recursos no programa. Em 2010 eram necessários R\$600 milhões, mas o orçamento do governo federal prevê apenas R\$238 milhões.

Ao governo, louros; ao produtor, dívidas

A condução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) também é problemática para o crédito rural. Em 2010, os atrasos nos pagamentos do governo federal aos produtores e cooperativas geraram prejuízos e mais incertezas sobre o futuro da política agrícola, a qual tem sido conduzida pelo governo federal com espasmos de incentivos seguidos de paradas bruscas no trajeto. O governo tem ficado com os louros de safras recordes, a sociedade com comida barata na mesa e sobra para os produtores as dívidas, também recordes, nos bancos.

Vale lembrar que muitas linhas de financiamento são incompatíveis com algumas atividades. É o caso da fruticultura, em que as condições de carência, prazos de pagamento e limites de crédito não são adequados para muitas das frutas. Outro entrave tem sido a não aplicação dos recursos do Funcafé.

Voltando ao crédito rural aplicado na safra

2009/10, nota-se uma migração incentivada pelo governo federal via BNDES. Criado ano passado, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI-BK), financiou a aquisição de máquinas e equipamentos novos, colheitadeiras e tratores, no montante de R\$ 4,5 bilhões.

A procura por esse programa foi tanta, pois foi contratada com condições especiais. Até junho de 2010, o prazo de pagamento de 8 anos com juros de 4,5% ao ano atraiu a atenção de produtores, os quais migraram dos financiamentos de programas com taxas de juros de até 9,75% e prazos menores de pagamento como o de Modernização da Frota de Tratores, Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) e de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) para o novo PSI-BK, o qual tem validade até o final de 2010, mas agora com juros de 5,5%.

“**Pelas normas do Banco Central, o risco do cliente bancário é classificado com códigos que variavam de AA a H**”

* APLICAÇÃO EM CRÉDITO RURAL NA SAFRA 2009/10 (MILHÕES DE REAIS)

FONTES DE RECURSOS OU PROGRAMAS	2009/2010		
	Programação jul/09 a jun/10 (a)	Aplicação jul/09 a jun/10 (b)	Desembolso relativo (%) (b)/(a)
1. Custeio e Comercialização	66.200,0	64.836,6	97,9
1.1 Juros controlados	54.200,0	48.027,7	88,6
1.2 Juros livres	12.000,0	15.425,8	128,5
1.3 Fundos Constitucionais		1.383,1	
2. Investimento	14.500,0	10.211,5	70,4
2.1 Programas do BNDES	10.000,0	3.635,7	36,4
2.2 Demais fontes/programas	4.500,0	6.575,8	146,1
3. Linhas Especiais a Juros Controlados	12.300,0	9.395,7	76,4
3.1 BNDES/BB Procer - Agroindústrias (11,25%aa)	10.000,0	4.362,0	43,6
3.2 BNDES/BB-PASS Álcool (11,25%aa)	2.300,0	514,2	22,4
3.3 BNDES PSI-BK (4,5%aa)		4.519,6	
4. AGRICULTURA EMPRESARIAL (1+2+3)	93.000,0	84.443,8	90,8
5. Agricultura Familiar (Pronaf)	15.000,0	11.220,6	74,8
6. AGRICULTURA TOTAL (4+5)	108.000,0	95.664,4	88,6

Fonte: RECOR/BACEN, BNDES, BB, BNB, BASA, BANCOOB e SICREDI | Elaboração: MAPA/SPA/DEAGRI | Dados selecionados: DTE/FAEP

DEU NA IMPRENSA

Mais de 10 mil cargos

» A aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, do projeto que cria 10.479 cargos e funções nos quadros do Ministério Público da União (MPU), vai trazer um impacto na folha salarial do órgão de R\$ 762,8 milhões por ano. As vagas, aprovadas por unanimidade, serão preenchidas a partir de 2011 mas ainda dependem da sanção presidencial. Há menos de dois meses, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia dito que não concederia novos gastos com o funcionalismo. (*Jornal do Brasil*)

Congestionamento

» A alta da demanda do mercado brasileiro por veículos, especialmente carros e caminhões, puxou para cima a produção nacional de julho. De acordo com dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o mês fechou com 315.879 veículos fabricados (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus). De janeiro a julho, a produção já atinge o patamar de 2.074.157 unidades. O volume é 18,3% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. (*Anfavea*)

Cadê a segurança?

» Pelo menos 1.611 motoristas de Curitiba, no primeiro semestre deste ano, ficaram cara a cara com um assaltante, correram riscos e tiveram de entregar o automóvel para evitar a morte. No restante do Paraná, outros 1,9 mil condutores passaram pela mesma situação. (*Gazeta do Povo*)

MST com Dilma

» Grupos ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e outras entidades de sem-terra do Pontal do Paranapanema (extremo oeste de São Paulo) iniciaram campanha em favor de Dilma Rousseff (PT). Os sem-terra do Pontal espalharam bandeiras e distribuíram panfletos de apoio a ela. (*Folha de S. Paulo*)



147,10
milhões

» de toneladas
é a previsão da
SAFRA
2009/2010.

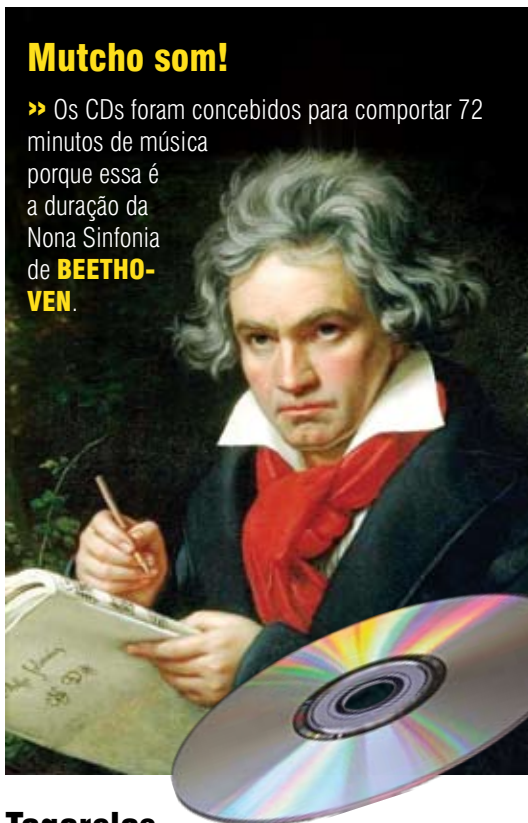
Você se acha parecido com um CHIMPANZÉ?

» Pode até achar que não, mas compartilhamos 98% de nosso genes com eles, apenas 2% de diferença. Eles também se consolam com abraços e beijos como nós, afirma um estudo da Universidade John Moores de Liverpool, na Inglaterra.



Mutcho som!

» Os CDs foram concebidos para comportar 72 minutos de música porque essa é a duração da Nona Sinfonia de **BEETHOVEN**.



Tagarelas

» A descoberta de um osso hióide - que se situa na base da língua - em uma caverna do Monte Carmelo, em Israel, sugere a possibilidade de que o ser humano tenha começado a articular os sons e aprendido a falar em torno de 60 mil anos antes da Era Cristã. Aí virou esse inferno de tagarelices.



Verdades

- » Alegria de pobre é impossível.
- » Gato escaldado, morre.
- » Águas passadas já passaram.
- » O sujeito era casca grossa e miolo mole. Ganhou o apelido de ponkan.
- » Escreveu, não leu? Então é **BURRO**.



}}

BEM NA FO





Os banheiros do Pentágono

» O prédio do Pentágono, em Arlington, Virginia, o centro de segurança dos Estados Unidos, tem duas vezes mais banheiros do que o necessário. Quando foi construído, em 1940, as leis segregacionistas exigiam banheiros separados para os brancos e para os negros. Também podem justificar muitas medidas dos militares americanos.

Borrachos

» A tequila, aguardente de origem mexicana, tem esse nome em função do Vale onde ela foi originalmente produzida em Jalisco. Ela é produzida a partir do Agave Azul, que nada mais é do que uma espécie de babosa (e não um cacto como muita gente acredita). Muito parecido com o abacaxi, o Agave possui um miolo (esse miolo leva o nome de piña) que é extraído e pode atingir até 70 Kg por ramo.



Foto de Júlio Verne

Sansão, o lambari do Zororó

» O pessoal do oeste do Paraná é chegado em pesca de lambari, preferencialmente os de rabo vermelho. No último sábado (7), **KAZUO NAGASAKI** e **BILL BARAK** tomaram algumas doses de Pitu, 18 latinhas de cerveja (cada um), assaram uma ponta de costela nas margens do poderoso **ARROIO ZORORÓ** e lançaram linha e anzol em busca dos lambaris. Junto estava o fotógrafo **JÚLIO VERNE**, que tempos atrás teve uma cirrose e desde então se tornou abstinente e depressivo. Nagasaki não acreditou quando sentiu a fígada: “pensei que ia tirar o rio do lugar”, disse, ao retirar esse lambari de 292 kg do glorioso Arroio Zororó. Não é mentira. A foto de Verne é a prova. O japa e Barak estão em busca de um vidro para conservar o “**SANSÃO**” em álcool.



MOSAICO

Fenômeno da natureza:

1) Mais que comprovado pela observação cotidiana sabemos que: um gato que for lançado de uma janela ou outro lugar elevado cairá de pé, com as patas para baixo. Estável sobre suas patas.

2) Esta comprovado também por estudos científicos sérios, que ao soltar da mesa em direção ao chão um pedaço de pão com manteiga, ele vai cair com o lado da manteiga para baixo.

Proposição: Amarrar um pedaço de pão com manteiga, com o lado da manteiga para cima, nas costas de um gato.

Pesquisa do IBGE

» Uma pesquisadora do IBGE bate à porta de um sítiozinho perdido no interior.

- Essa terra dá mandioca?
- Não, senhora - responde o capiau.
- Dá batata?
- Também não, senhora!
- Dá feijão?
- Nunca deu!
- Arroz?
- De jeito nenhum!
- Milho?
- Nem brincando!
- Quer dizer que por aqui não adianta plantar nada?
- Ah! Se plantar é diferente...

Garantindo a Amazônia

» Fiéis ao sábio princípio militar de que quem domina a embocadura de um rio domina seu curso, os portugueses conquistaram a Amazônia construindo vários Fortes. Entre eles: **FORTE DO PRESÉPIO**, em Belém, Forte de São José do Rio Negro, em Macapá, de São José de Marabitanas, em São Gabriel das Cachoeiras, de São Joaquim, em Tabatinga e Príncipe da Beira, em Rondônia, fronteira com a Bolívia, entre outros.



Vera Cruz do Oeste

O norino Skiavine tomou posse na presidência do Sindicato Rural de Vera Cruz do Oeste, Antônio Domingos Zanetti a vice-presidência e Francisco Santos de Carvalho como secretário do sindicato. A diretoria estará à frente do sindicato rural durante o triênio 2010/2012.

ORTIGUEIRA



Apicultura

O Sindicato Rural de Ortigueira e o SENAR-PR realizaram um curso de apicultura entre os dias 28 de julho e 5 de agosto. O instrutor do SENAR-PR, Luiz Hiroshi Shimizu, orientou duas dezenas de agricultores sobre a produção de abelhas rainhas e produção de própolis.

IRATI

Ação social

A turma de Irati do curso Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) deu um exemplo de solidariedade. No dia 14 de junho, realizaram a entrega de cestas de hortaliças, produzidas por eles a uma família carente. O curso JAA em Irati é uma realização do Sindicato Rural e do SENAR-PR, com apoio da Secretaria do Bem Estar Social e Provopar.



Parceria entre Sindicato Rural e COCAMAR

O Sindicato Rural de Maringá, em parceria com a COCAMAR, realizou cinco cursos de aplicação de agrotóxicos. Os cursos aconteceram em junho e julho, sendo três em Maringá e os outros dois em extensões de base do Sindicato Rural, Floresta e Paiçandu.

Os instrutores do SENAR-PR, Rafael Alves Costa e Renato Correa de Moura, orientaram mais de 60 agricultores. Entre os conteúdos abordados estavam o uso correto do pulverizador e do equipamento de proteção individual, conforme a NR-31.



Lar dos idosos

O Lar dos Idosos de Pato Branco, com 33 internos e conduzido pelas irmãs Olga e Irene, além de nove funcionários, recebeu no dia 21 de julho a visita da turma do curso Desenvolvimento Comportamental, realizado pelo Sistema FAEP. Os visitantes levaram para os idosos kits com produtos de higiene pessoal. A turma, formada por funcionários de Sindicatos Rurais, realizou uma série de atividades com os idosos.



Mulheres de Pinhão

No dia 19 de julho foi encerrado o curso Mulher Atual em Pinhão. O curso contou com a participação de 17 agricultoras, que trabalharam conteúdos como empreendedorismo e o papel da mulher na sociedade. No encerramento das atividades a turma realizou um jantar. Reflexo do curso, outras agricultoras da região já procuraram o sindicato para a criação de outra turma.



Quem sabe, sabe!

Ele barbarizou. O bem humorado **Orécio Pelisson**, 59 anos, nascido em Ibiporã e criado em Marialva, não teve dúvidas ao finalizar o curso de Doma Racional de Equinos junto a outros 11 produtores. Pegou o “pingo” de um lado, do outro, e em seguida, como um trapezista, ficou em pé no dorso do cavalo. Pelisson é proprietário de 34 alqueires, oito de reserva legal “porque pela lei tem que manter a mata em pé, né?”, onde planta feijão, soja e milho e mantém 18 cabeças de gado de leite “e pro churrasco”. Sua exibição faz parte de uma demonstração dos alunos sobre o que aprenderam, algo que deixou feliz da vida sua filha Angéli-

ca, mobilizadora do SENAR-PR. Sua destreza com o “pingo” se justifica, segundo ele, “porque me criei no sítio e cresci ajudando a cuidar da criação”. Palmas que ele merece.

Obs. O curso ocorreu de 21 de julho a 2 de agosto numa parceria do Sindicato Rural de Maringá, o SENAR-PR e a Sociedade Rural de Maringá. O próximo curso é o de rédeas para dar continuidade a capacitação.



Doma Racional

De 5 a 15 de julho o Sindicato Rural de Ortigueira e o SENAR-PR realizaram o curso Doma Racional de Equinos, no Distrito de Vista Alegre, com a participação de 15 agricultores. A turma já agendou para o mês de setembro o curso de rédeas.



Agricultoras expõem artesanato

Em comemoração ao Dia do Agricultor a turma do curso Mulher Atual de Mandaguaçu realizou no dia 27 de julho uma exposição de artesanato. A atividade tem relação com o conteúdo do 9º encontro do curso que trata das “Características da Mulher Empreendedora”. As agricultoras definiram que parte do que foi arrecadado com a venda dos artesanatos será destinado a uma ação social.



CAMBARÁ

Mais uma fornada

Nos dias 28 e 29 de julho o Sindicato Rural de Cambará, em parceria com a cooperativa Integrada, realizou um curso de panificação. O curso teve a participação de 11 agricultoras, que foram orientadas pela instrutora do SENAR-PR, Maria Luzinete Pina Zanin.



Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do estado do paraná | CONSECANA-PARANÁ

RESOLUÇÃO N  05 - SAFRA 2010/2011

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 29 de Julho de 2.010 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em Julho de 2.010 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2010/2011, que passam a vigorar a partir de 01 de Agosto de 2.010.

Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de Junho de 2.010 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM JULHO/2010 | SAFRA 2010/2011 - PREÇOS EM REAIS   VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

PRODUTOS	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,01%	30,70	0,63%	33,80
AME	50,94%	29,90	47,97%	32,12
AEAd - ME	0,04%	837,60	1,56%	957,38
AEAd - MI	3,99%	905,21	6,99%	889,15
AEAof	0,21%	909,21	0,14%	858,18
AEHd - ME	14,90%	856,77	13,72%	847,14
AEHd - MI	28,47%	780,28	28,69%	775,23
AEHof	0,43%	752,31	0,29%	760,85
Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	4,24%	904,69	8,69%	900,88
AEHd - ME+MI+of	43,80%	806,02	42,70%	798,23

PRE O LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

PRODUTOS	M�s		Acumulado	
	Mix	Pre�o	Mix	Pre�o
AMI	1,01%	0,3481	0,63%	0,3833
AME	50,94%	0,3390	47,97%	0,3642
AEAd - ME	0,04%	0,2863	1,56%	0,3272
AEAd - MI	3,99%	0,3094	6,99%	0,3039
AEAof	0,21%	0,3108	0,14%	0,2933
AEHd - ME	14,90%	0,3056	13,72%	0,3022
AEHd - MI	28,47%	0,2783	28,69%	0,2765
AEHof	0,43%	0,2684	0,29%	0,2714
MÉDIA		0,3153		0,3255
Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	4,24%	0,3092	8,69%	0,3079
AEHd - ME+MI+of	43,80%	0,2875	42,70%	0,2847

PROJE  O DE PRE O DA CANA-DE-A  CAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ - PREÇOS EM REAIS   VISTA

SAFRA 2010/2011

PRE O DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

PRODUTOS	MIX	M�dia
AMI	0,91%	32,28
AME	45,64%	31,59
AEAd - ME	0,44%	957,38
AEAd - MI	11,72%	943,24
AEAof	0,04%	858,18
AEHd - ME	9,67%	832,59
AEHd - MI	31,50%	816,34
AEHof	0,08%	760,85

PRE O LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

PRODUTOS	MIX	M�dia
AMI	0,91%	0,3660
AME	45,64%	0,3582
AEAd - ME	0,44%	0,3272
AEAd - MI	11,72%	0,3224
AEAd - MI	0,04%	0,2933
AEHd - ME	9,67%	0,2970
AEHd - MI	31,50%	0,2912
AEHof	0,08%	0,2714
M�DIA		0,3268

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	35,69	39,86
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	35,69	39,86

Maringá, 29 de Julho de 2.010

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO
Presidente

PAULO ROBERTO MISQUEVIS
Vice-Presidente

O SENAR-PR na floresta legal

Em Pinhão a experiência vitoriosa entre produtores familiares

Localizado no centro-sul, o município de Pinhão vive realidades distintas em relação a produção. De um lado, parte do território é de produção mecanizada em grande escala de monoculturas de grãos, (milho, soja, trigo); do outro lado são pequenas propriedades, parte delas constituídas de assentamentos. São áreas impróprias ao cultivo mecanizado pelo relevo irregular, o que faz do extrativismo de Araucária - abundante nesta região, e de erva-mate, historicamente a principal atividade.

Buscando alternativa de complementação de renda que mantenha esses produtores familiares na área rural, a legalização dos fornos de carvão e a preservação da mata nativa, a prefeitura municipal de Pinhão criou o Programa Floresta Legal Solidária - PFLS. “Queremos melhorar a realidade local, diversificando e incrementando a potencialidade de produção da pequena propriedade ao mesmo tempo em que contribuímos de forma significativa com a conservação e preservação de nossas matas nativas”, afirma o presidente do Conselho Municipal de Floresta, Geraldo Possato Duarte.

Lançado em 2009, por meio de um projeto de lei, a previsão é de que o PFLS atenda 100 famílias até dezembro. O Programa Floresta Legal Solidária, de forma planejada e organizada, busca desenvolver a atividade de plantio de árvores exóticas e nativas nas propriedades rurais de Pinhão. O município repassa sem custos, mudas, adubo e assistência técnica aos proprietários interessados em participar.

Divulgação



* SENAR-PR

Um dos quesitos obrigatórios para se enquadrar no programa é a capacitação por meio de cursos de formação específica para a atividade: Trabalhador em Reflorestamento (matas homogêneas)-cultivo de eucalipto e Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - formigas cortadeiras. Eles são realizados por meio de convênio com o Sindicato Rural de Pinhão e o SENAR-PR. O Sindicato Rural disponibilizou mão de obra e estrutura para a realização de reuniões, cursos e a divulgação do projeto em várias comunidades rurais. “É uma possibilidade real de renda aos proprietários rurais e de legalização das atividades como produção de madeira, lenha e carvão vegetal”, diz o presidente do Sindicato Rural de Pinhão, Geraldo Ferreira de Almeida.

Apesar de ter sido implantado recentemente, 43 famílias já foram atendidas com a distribuição de 149.700 mudas de eucalipto, com a participação de dez associações do meio rural de Pinhão. “É de suma importância a soma de esforços de todos os segmentos da sociedade porque é um projeto de desenvolvimento social e econômico do município a curto, médio e longo prazo”, avalia Almeida.

* PRA BOI NÃO DORMIR

SISBOV

» O sistema brasileiro, que está sendo revisto, pode estar disponível até o final de setembro. Pelo menos para os primeiros testes. Faltam apenas alguns detalhes, mas o novo sistema promete mais autonomia para o produtor.

“Carne Legal”, que papo é esse?

» O Governo Federal vai pra cima do Ministério Público Federal (MPF). O motivo é a campanha do MPF pra conscientizar os consumidores sobre a carne bovina, que acabou sendo tiro no pé. Sem contar que custou R\$ 349.725,20, pagos com dinheiro público.

Quem disse que galinha não voa?

» Paraná é o que mais exporta na região sul, pelo menos nos cinco primeiros meses de 2010. Foram US\$ 5 bilhões em vendas externas. É aumento de quase 18% em relação ao mesmo período do ano passado. Do total, US\$ 800 milhões correspondem à exportação de frango, cujo destaque vem aumentando o saldo positivo da balança comercial paranaense.

Wagner Rossi deu pra trás

» Rossi recuou e disse não ter estabelecido 2010 como meta de erradicação da febre aftosa no País. Fazer o que? O avanço tem que ser com cautela. O Brasil tem o maior rebanho do mundo livre de aftosa. Segundo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), são cerca de 177,73 milhões de bovinos livres da enfermidade, seja com ou sem vacinação, no Brasil. O maior rebanho do mundo nesta condição.

Ajuda só pra quem precisa?

» Os grandes frigoríficos ficaram com metade dos recursos da linha de crédito criada pelo governo em abril de 2009 para socorrer agroindústrias em dificuldades. JBS e Marfrig contrataram ao menos R\$ 400 milhões do Programa de Crédito Rural Especial (Procer).

» **SUGESTÕES E COMENTÁRIOS:**
fabricao.monteiro@faep.com.br



Justiça do Trabalho nega alteração estatutária da CONTAG

A CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura pleiteou através de processo administrativo nº 46206.07474/2009-13, alteração estatutária junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a qual foi concedida. A alteração buscava ampliar a categoria dos seus representados, deixando de lado a limitação de até dois módulos rurais hoje existente.

Tendo em vista que não havia delimitação clara da abrangência e representatividade, a CNA, por intermédio do Dr. Cristiano Barreto Zaranza impetrou Mandado de Segurança na Vara do Trabalho de Brasília-DF, que tomou o nº 474-91-2010-5-10-0009, tendo sido preliminarmente concedida a segurança.

Agora, com a decisão publicada em 03/08/2010, foi confirmada àquela decisão, através do argumento que:

- “a alteração estatutária pretendida pela CONTAG aumenta significativamente as possibilidades de conflito. Foram ampliadas as categorias de representados, que passaram a compreender, de um lado, como variantes do trabalho subordinado, “os assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais”, e de outro lado, como modalidades de labor independente, “agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas”.

A expressão “pequenos produtores” passou a figurar, portanto, ao lado de outras subcategorias de agricultores, indicando que a dimensão do empreendimento deixou de ser um atributo necessário da representação sindical, e conseqüentemente abrindo margem a que as demais subcategorias - proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas - pudessem ser representadas pela CONTAG, independentemente do tamanho da gleba explorada. O registro da alteração estatutária criaria, portanto, o risco de conflito de representatividade entre as entidades profissional e patronal”.

★ DECISÃO

Por tais fundamentos, decide a 9ª Vara do Trabalho de Brasília-DF CONCEDER A SEGURANÇA, tornando nulo o ato que concedeu à federação litisconsorte (CONTAG) o registro da alteração estatutária, no processo administrativo nº 46206.07474/2009-13 (fl. 13).

A presente decisão não obsta ao registro de nova alteração estatutária, que restrinja a representatividade da CONTAG aos proprietários de imóvel não superior em extensão a dois módulos rurais.

EXPEDIENTE



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto (licenciado)
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência
Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Cynthia Calderon (Cordenadora de Comunicação Social)
Leonardo Fagundes (redator)

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico
Simon Taylor | Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias
de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Dia do agricultor

O registro de algumas das festividades ocorridas no Estado

Pelos 200 mil quilômetros quadrados do nosso Paraná espalham-se cerca de 400 mil propriedades rurais, a maioria absoluta delas de pequenas e médias. No dia 28 de julho, além da homenagem a São Inocêncio e

São Celestino, pelo estado a fora comemorou-se o Dia do Agricultor. Infelizmente nosso espaço é pequeno demais para o registro de tantas festividades promovidas pelos sindicatos rurais. Abaixo registramos algumas delas.



Palotina



Apucarana



Santa Isabel do Ivaí



Ipiranga



Mariluz



Campina da Lagoa

E agosto vai passando...

Porque este mês causa tantos arrepios

A final, porque agosto é o mês “maldito” do ano? A justificativa inicial era que agosto é o “mês de cachorro louco”, uma crença que garantia ser o período em que mais aconteciam casos de raiva canina.

Até porque rima, esse mês tornou-se o de “desgosto”, também porque historicamente ocorreram crises políticas, atentados, mortes.

O nome desse mês foi criado pelos antigos romanos para homenagear

César Augusto, filho adotivo de Júlio César.

Mas, toc, toc, toc.

Ainda faltam alguns dias para o mês terminar, mas é bom lembrar que a próxima sexta é dia 13, de agosto.

» O episódio conhecido como a Noite de São Bartolomeu, 24/8/1572, em que a rainha católica Catarina de Médicis ordenou o assassinato de mais de 3 mil protestantes em Paris, sem poupar mulheres ou crianças.

» As duas bombas atômicas lançadas na II Guerra Mundial pelos Estados Unidos em **HIROSHIMA** e Nagasaki, no Japão, ocorreram 6/8 e 9/8/1945.

» O presidente Getúlio Vargas suicida-se, com um tiro no peito, na madrugada de 24/8/1954.

» **JÂNIO QUADROS** renuncia à Presidência da República em 25/8/1961, num gesto nunca explicado, alegando sofrer pressões de “forças ocultas”.

» Vítima de um desastre automobilístico, **JUSCELINO KUBITSCHKE** faleceu no dia 22 de agosto de 1976.

» No dia 14 de agosto de 1831 os poloneses foram vencidos pelos russos na chamada revolta de Varsóvia e muita gente morreu sonhando com a liberdade.

» Na cidade de Nova York, no dia 6 de agosto de 1890, o primeiro homem foi eletrocutado numa cadeira elétrica.

» No dia 1º de agosto de 1914 começou a 1ª Grande Guerra Mundial.

» No dia 13 de agosto de 1961 foi iniciada a construção de um muro, em Berlim, depois mais conhecido como o Muro da Vergonha.

» No dia 8 de agosto de 1974 **RICHARD NIXON** renunciou à presidência dos Estados Unidos.

» As mulheres portuguesas não casavam nunca no mês de agosto, época em que os navios das expedições zarpavam à procura de novas terras.

» O Exército Vermelho invadiu a **TCHECOSLOVÁQUIA** no dia 21 de agosto de 1968.



» Na Argentina, **TERRA DO TANGO**, não é aconselhável lavar a cabeça durante todo o mês de agosto. Quem lava a cabeça em agosto está chamando a morte. Esses argentinos não se emendam...



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____

Responsável _____